O tema do STF de número 33 trata sobre a Relevância e urgência da medida provisória n que disciplina a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional O tema do STF de número 33 afirma que Os requisitos de relevância e urgência previstos no art da Constituição Federal estão presentes na Medida Provisória que autoriza a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional